

**CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA**  
**ATA DA 92ª REUNIÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE**

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, na sala de reuniões da Prefeitura, com início às dezesseis horas em primeira convocação, e às dezesseis horas e trinta minutos em segunda convocação, realizou-se a 92ª reunião do Conselho Municipal do Meio Ambiente, sob a presidência de Angela Maria Macuco do Prado Brunelli a presença dos membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - COMDEMA, cujas assinaturas constam da lista de presença anexa, com justificativa de ausência de Marcelo Negro e Leandro Torelli. A presidente em exercício agradeceu a presença de todos e informou que a reunião é conjunta com a 82ª reunião do CMSA, Conselho Municipal de Saneamento Ambiental, e convidou Telma Magro para secretariar. Angela perguntou se todos receberam a ata da reunião anterior por e-mail, tendo aprovada por todos. Em seguida Angela informou que a pauta da reunião, com os seguintes assuntos: utilização emergencial dos recursos do FUNDEMA, EIV do Edifício Moacyr Caldeira Filho ou Pittelli & Pittelli Engenharia Ltda - ME, EIV do Supermercado Savegnago, participação na reunião do CONSEMA, Conselho Estadual do Meio Ambiente, e outros assuntos. Angela iniciou a reunião e solicitou a inversão da pauta para tratar da participação na reunião do CONSEMA, e pediu a Tadeu Pavani fizesse a exposição; Tadeu informou que a reunião ocorreu no dia 19 deste mês, na cidade de São Paulo, na Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, com a presença do Secretário do Meio Ambiente Marcos Penido, e foram discutidos vários assuntos, como a revitalização do Rio Pinheiros, em que o pagamento da empreiteira será por eficiência no tratamento dos efluentes e perda da carga orgânica, sendo definido 30 mg/l de DBO, considerando o interesse de que o rio tenha condições de navegação e a recomposição da biota natural, também foi discutido a denúncia de contaminação por defensivos agrícolas da água do abastecimento público na cidade de São Paulo, o que foi decidido que será criado um grupo de trabalho para analisar o caso; Angela comentou sobre os riscos da exposição e divulgação deste tipo de assunto, sem que se tenha dados que comprovem, a fim de se evitar o pânico na população, e também que a água deve ser analisada conforme os parâmetros da portaria MS nº 2.914/2011; Tadeu também informou que foi criado o Comitê de Integração de Resíduos Sólidos, para fazer a integração entre os planos de resíduo nacional e estadual, associado às ações das ODS, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. A seguir passou a ser discutido o uso emergencial dos recursos do FUNDEMA, considerando a urgência de se alugar máquina pá carregadeira para operação d pátio de triagem dos resíduos da construção e da poda, sendo informado que o custo é de 1.500 reais por dia, e considerado que o pátio está sob obrigação por fazer em razão de TAC, Termo de Ajustamento de Condutada, com possibilidade de imposição de multa e crime ambientais caso não haja o cumprimento da obrigações nele estabelecidas, sendo aprovada ad referendum a utilização dos recursos para esse fim, considerando a possibilidade da Prefeitura disponibilizar uma máquina antes da contratação deste serviço. A seguir foi informado que está sendo feita a cotação de uma usina de reciclagem de resíduos da construção com o rateio dos recursos do leilão do Pré-Sal, e foi informado que esse recurso já está disponível para o nosso município. A seguir passou a ser discutido o EIV do Supermercado Savegnago Empreendimentos e Participações, referente a ampliação da loja 18, localizada na Av. Quito Stamato, 555, Jardim do Sonho; o EIV foi apresentado preliminarmente, e ainda será enviado por e-mail para análise e discussão na próxima reunião; Angela expôs a necessidade de sejam estabelecidos procedimentos para elaboração de EIVs, considerando também o conteúdo mínimo estabelecido pelo Estatuto da Cidade; quanto ao estudo do tráfego, a metodologia deve adotar o HCM 2010 e 2016 (Manual de Capacidade Rodoviária), adaptado pelo DNIT e DER, volume 5, também recomendada pelo Ministério Público, MP, considerando o processo da Unifafibe, assim como serem feitas no mínimo três contagens preferencialmente nos dias de operação de maior volume de tráfego, fluxo de tráfego, velocidade média, a fim de se obter o nível de serviço e se poder avaliar o impacto no tráfego local; quando há a ocupação de áreas próximas à APPs, deverão ser analisadas a fauna e flora; a avaliação do ruído e vibração em função da operação da atividade, e no caso do Savegnago,

do pátio de carga e descarga, o funcionamento da câmara fria, de geradores, assim como o ruído de fundo, recomendando a metodologia da Cetesb para avaliação de ruído equivalente; quanto à acessibilidade e mobilidade deverão ser observados os conflitos em paradas de ônibus urbano, faixas elevadas, estacionamentos de caminhões, e o fluxo constante das vias lindeiras ao empreendimento, e as vagas para idosos, deficientes, motos, em atendimento ao Plano de Mobilidade, Plano Diretor, PDM, e Código de Obras, e norma técnica NBR 9050; João Gandra propôs seja cobrada a arborização do local do empreendimento, ou uma compensação ambiental; a emissão de gases deve ser avaliada quando ocorre aumento considerável de tráfego de veículos pesados e movidos a diesel; ser avaliado o risco químico de vazamento de gases causadores de asfixia e explosão, principalmente de câmara frias que usam amônia ou hexano, já os gases do Protocolo de Montreal, deverão ser cobrados os prazos de permissão de uso; depósitos de cloro, combustível em geral, amônio, deverão ter um plano de ação de emergência, PAE, em atendimento às exigências pertinentes, como a lei da 'Boate Kiss'; a definição do raio de influência poderá ser adotado 120 m, a exemplo da área de consulta de anuência dos vizinhos adotada no PDM, e quando se tratar de usos de risco, como depósito de gás, produtos químicos, inflamáveis, ou tóxicos, deverão ser adotados raios maiores, conforme normas da Cetesb, e ser aplicado o programas de modelagem de riscos, como o 'Aloha', para análise do risco químico; quanto à infraestrutura, água, esgoto, drenagem, deverão ser avaliados os impactos em função da rede existente, e no caso da drenagem em que inexiste em vários locais da cidade; o atendimento à exigência do PDM de 5% de área permeável, e execução da caixa de contenção de enchente; quanto ao PGRS, deverá ser estabelecido a gestão e o controle do resíduo gerado, com previsão de logística reversa, estocagem, tratamento, monitoramento, previsões de ocorrências temporárias e as destinações destes resíduos; quanto às classificações dos usos e zonas de uso, deverá ser atendido o PDM; definida as previsões de solicitação de certidão do SAAEB, e apresentação de ART ou RRT do profissional responsável pela elaboração do EIV; e por fim foi decidido que será produzido um manual de procedimentos para elaboração de EIVs e para o PGRS, programa de gerenciamento de resíduos sólidos, e deverá ser produzida uma minuta e enviada aos conselheiros para análise, para ser aprovado por resolução. A seguir foi informado que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Pardo Grande, CBH-BPG, realizou um curso para tomadores de recursos, e informado que o SAAEB será o tomador de recurso para a realização do estudo de interferência sobre os poços do Aquífero Guarani. Foi informado que na próxima reunião deverão ser analisados os EIV do prédio do Moacir Caldeira e do Supermercado Savegnado, e deverá ser apresentado o EIV do prédio de Osvaldo Perrone. Foi definido que deverá ser elaborado o relatório anual do Plano de Saneamento, onde deverão ser destacadas questões sobre drenagem, considerando que os apontamentos para resíduo sólido e esgoto deverão ter algumas de suas metas atendidas. Telma informou que a Defesa Civil realizou um compilado das medições de precipitação desde 1970, com dados da Casa da Agricultura, Estação Experimental e INMET, e da temperatura desde 1983, com medições da Estação Experimental e do INMET, Instituto Nacional de Meteorologia. Angela perguntou se alguém gostaria de fazer uso da palavra, e não havendo o mais nada a tratar, deu a reunião por encerrada, agradecendo a presença de todos. Eu, Telma Alves Magro, lavrei a presente ata, que será por mim assinada e pelo presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente, no dia vinte e sete do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte.

**Angela Maria Macuco do Prado Brunelli**  
Presidente em Exercício do COMDEMA

**Telma Alves Magro**  
Secretária